



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

VARA DO TRABALHO DE ITARARÉ - 0148

[751 a 1000 processos]

Aos 9 dias do mês de outubro de 2018, a Excelentíssima Senhora Desembargadora do Trabalho **SUSANA GRACIELA SANTISO**, Vice-Corregedora Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 14/2018, divulgado em 13/7/2018 no DEJT (Edição 2517/2018 – Caderno do TRT da 15ª Região – página 301). Presente o Juiz Titular JOSÉ GUIDO TEIXEIRA JÚNIOR. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correicionado, o seguinte:

Equipe de Correição:	Jacqueline Aparecida Campos Lopes e Norton Luiz Bechtluft
Jurisdição Atendida:	BARAO DE ANTONINA, ITAPORANGA, RIVERSUL, BOM SUCESSO DE ITARARE, ITARARE
Lei de Criação:	10.770/03
Data de Instalação:	23/11/2005
Data de Instalação do PJE:	26/03/2014
Data da Última Correição:	27/11/2017
Acervo Físico/Acervo Total:	2 %
Acervo PJe/Acervo Total:	98 %



1 - TITULARIDADE:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
JOSE GUIDO TEIXEIRA JUNIOR	10/04/2006

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
08/01/2018 a 06/02/2018	FERIAS
16/07/2018 a 14/08/2018	FERIAS



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/11/2017 a 18/09/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
CAROLINA POPOFF FERREIRA DA COSTA	16/07/2018 a 16/07/2018

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
ERIKA FERRARI ZANELLA	22/01/2018 a 06/02/2018
ERIKA FERRARI ZANELLA	01/03/2018 a 01/03/2018
ERIKA FERRARI ZANELLA	06/08/2018 a 14/08/2018

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
FRANCISCO DUARTE CONTE	08/01/2018 a 21/01/2018

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
THIAGO NOGUEIRA PAZ	23/07/2018 a 02/08/2018
THIAGO NOGUEIRA PAZ	03/08/2018 a 03/08/2018
THIAGO NOGUEIRA PAZ	04/08/2018 a 05/08/2018
THIAGO NOGUEIRA PAZ	11/08/2018 a 12/08/2018

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
11/08/2018 a 11/08/2018	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.1 - Lotação [31/08/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
ALEXANDRE TUCHINSKI	REQ	-	06/08/2015
BRENDA SILVA LOUREIRO DE OLIVEIRA	TJA	FC-04 CALCULISTA	08/04/2011
BRUNA OLIVEIRA SOUSA Kitanishi	TJA	-	10/07/2013
DANIEL AUGUSTO HOMEM DE GOES	AJ-OJA	-	03/04/2006
GERMANO ULTRAMARI NETO	AJJ	FC-02 ASSISTENTE	10/11/2016
LUANA ARRUDA MELLO	REQ	FC-01 EXECUTANTE	26/10/2016
MARCIA ZAMBIANCO NASTARO PLINTA	REQ	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	06/07/2007
OSMAR FERREIRA SANTIAGO JUNIOR	TJA	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	30/04/2012
VANESSA RENO MENDES	TJA	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	03/06/2013
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			6
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			3



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.2 - Ausências, exceto férias [11/2017 a 08/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM ELEIÇÃO/TREINAMENTO	7
LICENÇA À GESTANTE/RGPS	120
LICENÇA MÉDICA INDEFERIDA	1
LICENÇA MÉDICA/RGPS	1
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	4
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE PESSOA DA FAMÍLIA	8
PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSO	2
PARTICIPAÇÃO EM CURSO MINISTRADO PELO TRT	28
PRORROGAÇÃO DE LICENÇA À GESTANTE	60
TOTAL	231



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.3 - Estagiários [31/08/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
EMANUELLE DOS SANTOS ANDRADE	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/02/2018
GERMANO FURNKRANZ	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/02/2018



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.4 - Ações de capacitação [31/08/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
JOSE GUIDO TEIXEIRA JUNIOR	96

SERVIDORES	HORAS
BRENDA SILVA LOUREIRO DE OLIVEIRA	94
BRUNA OLIVEIRA SOUSA KITANISHI	14
GERMANO ULTRAMARI NETO	259
LUANA ARRUDA MELLO	14
MARCIA ZAMBIANCO NASTARO PLINTA	40
OSMAR FERREIRA SANTIAGO JUNIOR	495
VANESSA RENO MENDES	69



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [11/2017 a 08/2018]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	75	103	---
	Aguardando encerramento da instrução	109	106	---
	Aguardando prolação de sentença	33	33	---
	Aguardando cumprimento de acordo	164	185	---
	Solucionados pendentes de finalização na fase	295	366	---
	Pendentes de finalização	676	792	---
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	4	16	---
	Liquidados pendentes de finalização na fase	65	118	---
	Pendentes de finalização	69	134	---
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	368	381	---
	Encerrados pendentes de finalização na fase	7	29	---
	Pendentes de finalização	375	410	---
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	0	---
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	0	6	---
TOTAL		1.120	1.343	---

PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [08/2016 a 10/2017]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	130	139	---
	Aguardando encerramento da instrução	121	143	---
	Aguardando prolação de sentença	27	45	---
	Aguardando cumprimento de acordo	241	246	---
	Solucionados pendentes de finalização na fase	288	327	---
	Pendentes de finalização	807	900	---
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	26	85	---
	Liquidados pendentes de finalização na fase	29	48	---
	Pendentes de finalização	55	132	---
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	367	426	---
	Encerrados pendentes de finalização na fase	10	30	---
	Pendentes de finalização	377	455	---
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	0	---
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	0	4	---
TOTAL		1.239	1.492	---



5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [11/2017 a 08/2018]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	61	61	5
Exceções de Incompetência	107	76	5
Antecipações de Tutela	90	88	2
Impugnações à Sentença de Liquidação	6	3	3
Embargos à Execução	16	13	4
Embargos à Arrematação	3	3	0
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	0	3	0
TOTAIS	283	247	19

PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [08/2016 a 10/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	111	113	5
Exceções de Incompetência	77	71	8
Antecipações de Tutela	86	86	1
Impugnações à Sentença de Liquidação	12	13	0
Embargos à Execução	49	58	2
Embargos à Arrematação	0	0	0
Embargos à Adjudicação	2	2	0
Exceções de Pré-Executividade	23	21	3
TOTAIS	360	364	19



6 - RECURSOS [11/2017 a 08/2018]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	169	176	7
Recurso Adesivo	15	15	0
Agravo de petição	28	27	1
Agravo de Instrumento	13	3	1
TOTAIS	225	221	9

PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

6 - RECURSOS [08/2016 a 10/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	242	229	14
Recurso Adesivo	21	21	0
Agravo de petição	53	54	0
Agravo de Instrumento	21	25	0
TOTAIS	337	329	14



7 - PRAZOS MÉDIOS [11/2017 a 08/2018]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	170	69	74	---
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	438	140	170	---
Total / Média	608	120	138	---

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	155	76	78	---
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	425	155	182	---
Total / Média	580	134	149	---

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	86	18	17	---
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	265	28	31	---
Total / Média	351	26	27	---

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	18	54	131	---
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	111	78	153	---
Total / Média	129	75	150	---

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	91	627	1.402	---
Do início ao encerramento da execução - ente público	6	385	763	---
Total / Média	97	612	1.313	---

*Do início até a extinção da execução



PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

7 - PRAZOS MÉDIOS [08/2016 a 10/2017]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	238	146	116	---
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	932	151	209	---
Total / Média	1.170	150	178	---

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	231	126	94	---
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	863	139	182	---
Total / Média	1.094	136	152	---

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	134	21	21	---
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	393	34	35	---
Total / Média	527	30	31	---

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	32	51	155	---
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	197	64	162	---
Total / Média	229	62	160	---

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	246	257	950	---
Do início ao encerramento da execução - ente público	30	244	552	---
Total / Média	276	255	921	---

*Do início até a extinção da execução

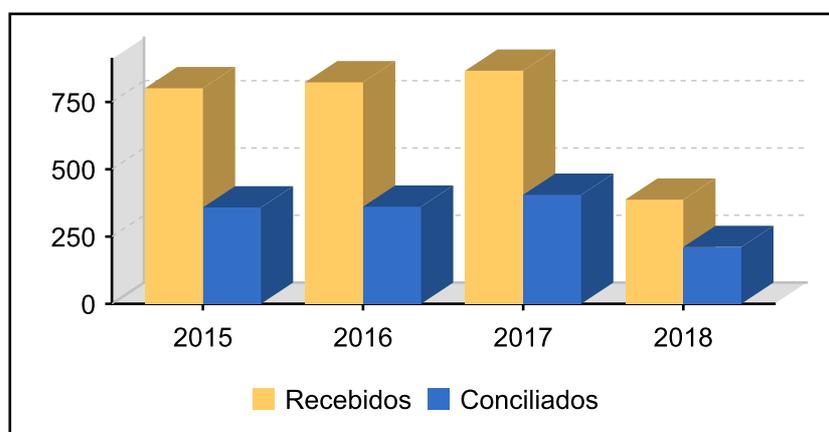


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

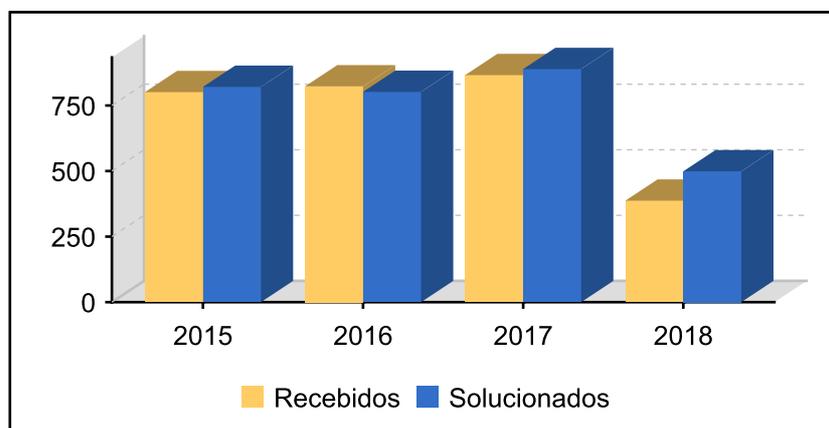
8.1 - Índice de conciliações [até 08/2018]:

ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	%
2015	801	358	44,69
2016	823	361	43,86
2017	866	405	46,77
2018	387	211	54,52



8.2 - Índice de soluções [até 08/2018]:

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	%
2015	801	821	102,50
2016	823	802	97,45
2017	866	889	102,66
2018	387	499	128,94



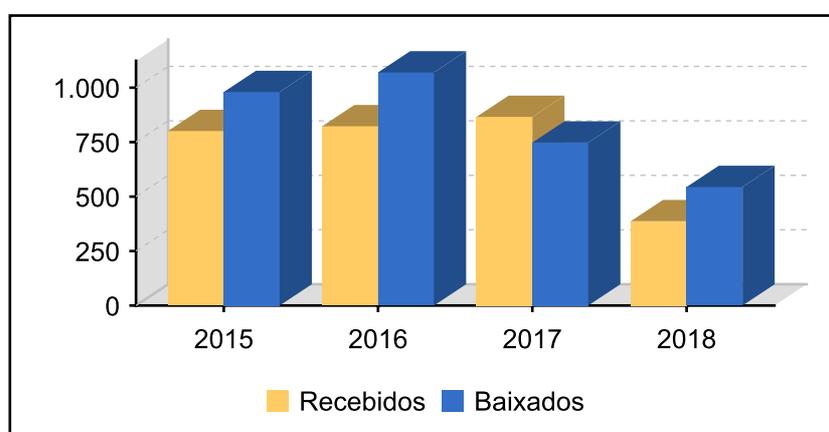


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

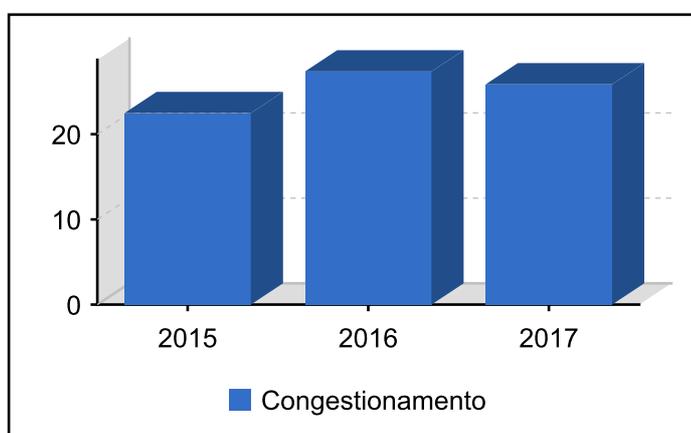
8.3 - Índice de baixas [até 08/2018]:

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	%
2015	801	980	122,35
2016	823	1.070	130,01
2017	866	748	86,37
2018	387	544	140,57



8.4 - Índice de congestionamento até a sentença:

ANO	ACERVO	NOVOS	SOLUCIONADOS	%
2015	258	801	821	22,47
2016	281	823	802	27,36
2017	333	866	889	25,85





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



9 - ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DE DESEMPENHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO - IGest:

As informações serão apresentadas no item
"15.2 – INFORMAÇÕES SOBRE OS ÍNDICES NACIONAIS"

Os índices podem ser acessados por todos os usuários do Sistema e-Gestão
(novoegestao.tst.jus.br – na subpasta “Indicadores”).



10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [09/2017 a 08/2018]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	306	25,5	27,2
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	279	23,3	24,8
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	585	48,8	51,9
Processos solucionados - sem exame de mérito	138	11,5	12,2
Incidentes Processuais Resolvidos	312	26,0	27,7
Dias-Juiz	338	28,2	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	2.524	35,1	35,4
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	2.121	29,5	29,7
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	4.645	64,5	65,1
Processos solucionados - sem exame de mérito	510	7,1	7,1
Incidentes Processuais Resolvidos	1.645	22,8	23,0
Dias-Juiz	2.142	29,8	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

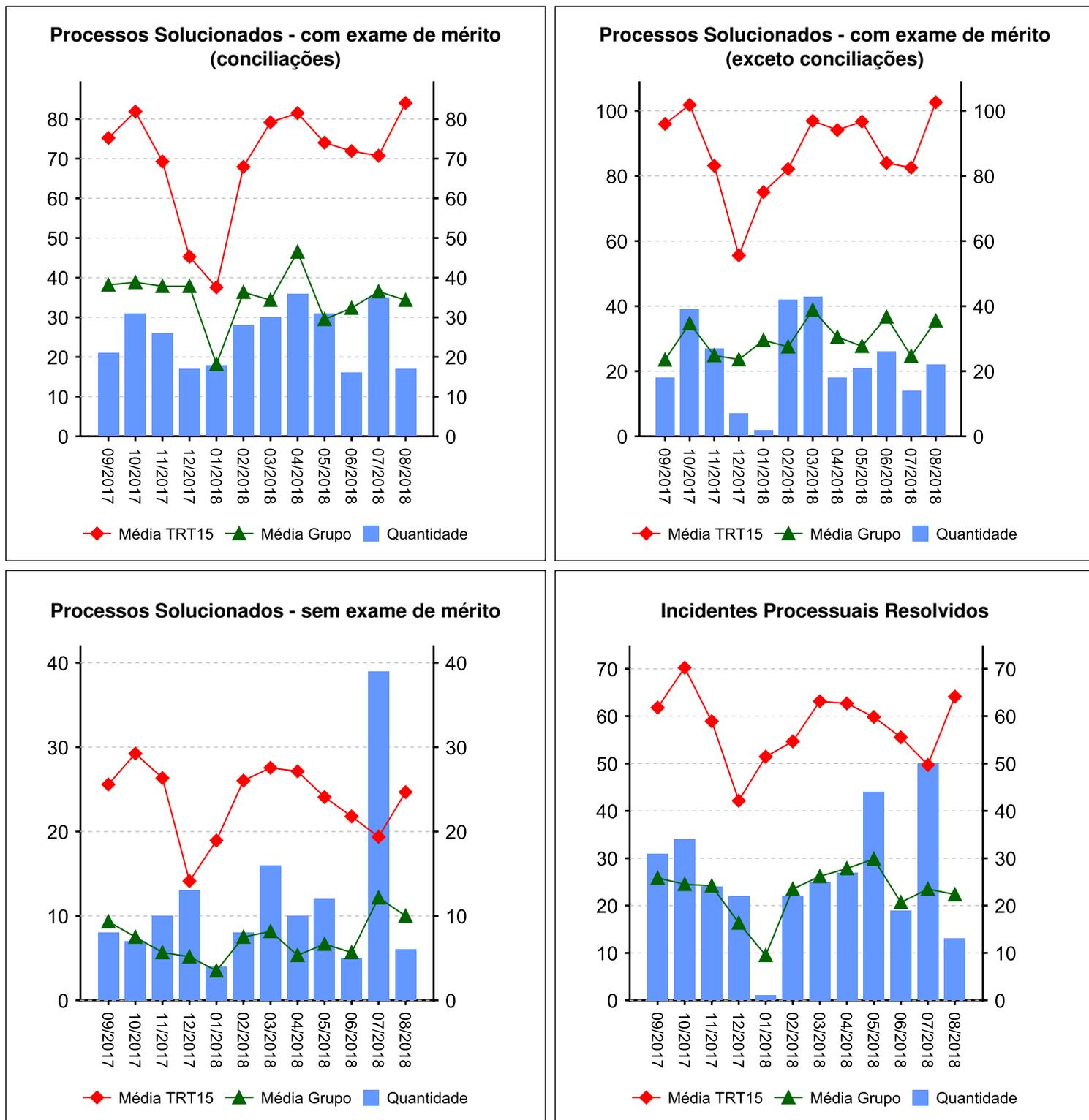
Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	128.304	69,9	45,0
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	160.696	87,5	56,4
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	289.000	157,4	101,4
Processos solucionados - sem exame de mérito	43.522	23,7	15,3
Incidentes Processuais Resolvidos	106.218	57,9	37,3
Dias-Juiz	85.481	46,6	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [09/2017 a 08/2018]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[09/2017 a 08/2018]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	32	2,7	2,8
Sessões de audiência realizadas - instrução	68	5,7	6,0
Sessões de audiência realizadas - una	637	53,1	56,5
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	40	3,3	3,6
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	118	9,8	10,5
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	705	58,8	62,6
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	158	13,2	14,0
Dias-Juiz	338	28,2	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	2.142	29,8	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	85.481	46,6	---

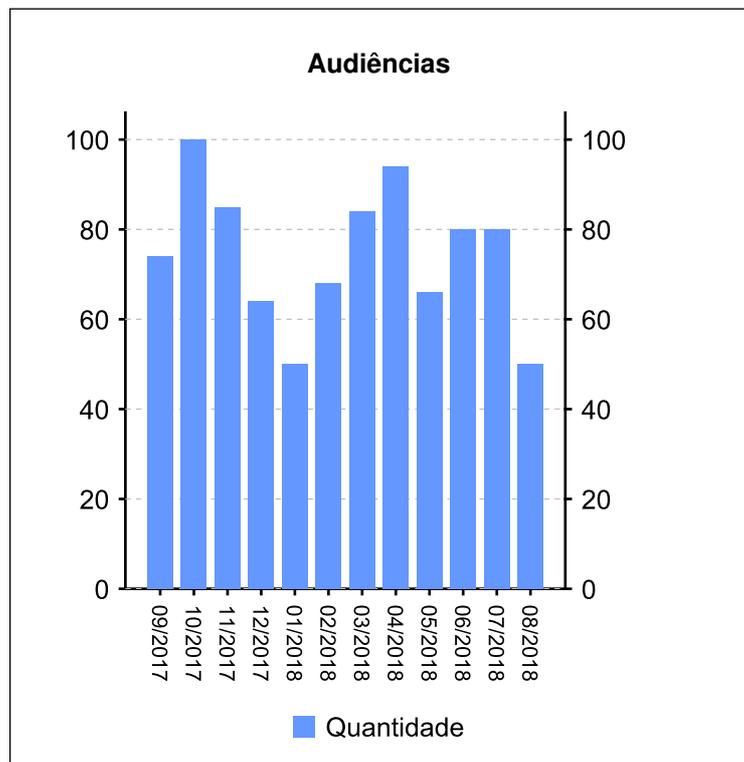


10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

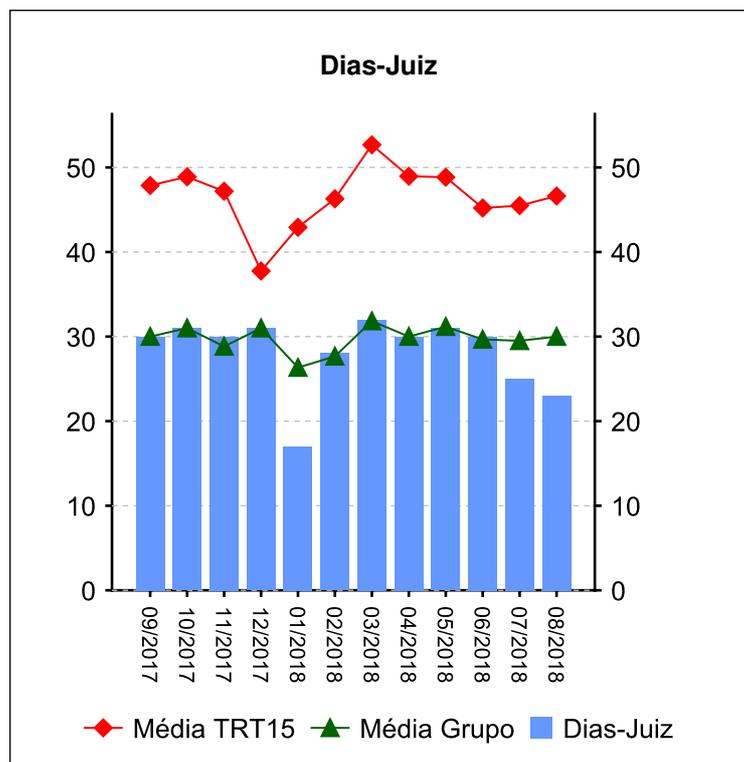
[09/2017 a 08/2018]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
09/2017	5	11	1	0	57	74
10/2017	0	1	0	7	92	100
11/2017	9	14	0	6	56	85
12/2017	0	11	0	6	47	64
01/2018	0	2	0	6	42	50
02/2018	1	9	2	3	53	68
03/2018	1	8	1	7	67	84
04/2018	6	11	5	14	58	94
05/2018	10	17	4	6	29	66
06/2018	3	14	1	5	57	80
07/2018	2	12	9	3	54	80
08/2018	3	8	9	5	25	50
Total	40	118	32	68	637	895



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
09/2017	30
10/2017	31
11/2017	30
12/2017	31
01/2018	17
02/2018	28
03/2018	32
04/2018	30
05/2018	31
06/2018	30
07/2018	25
08/2018	23
Média Mensal	28,2



PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [11/2016 a 10/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	413	34,4	33,0
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	298	24,8	23,8
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	711	59,3	56,9
Processos solucionados - sem exame de mérito	184	15,3	14,7
Incidentes Processuais Resolvidos	276	23,0	22,1
Dias-Juiz	375	31,3	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	3.084	42,8	42,2
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	2.076	28,8	28,4
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	5.160	71,7	70,7
Processos solucionados - sem exame de mérito	778	10,8	10,7
Incidentes Processuais Resolvidos	1.659	23,0	22,7
Dias-Juiz	2.190	30,4	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	130.573	71,1	44,9
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	160.885	87,6	55,3
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	291.458	158,7	100,2
Processos solucionados - sem exame de mérito	49.670	27,1	17,1
Incidentes Processuais Resolvidos	113.819	62,0	39,1
Dias-Juiz	87.245	47,5	---

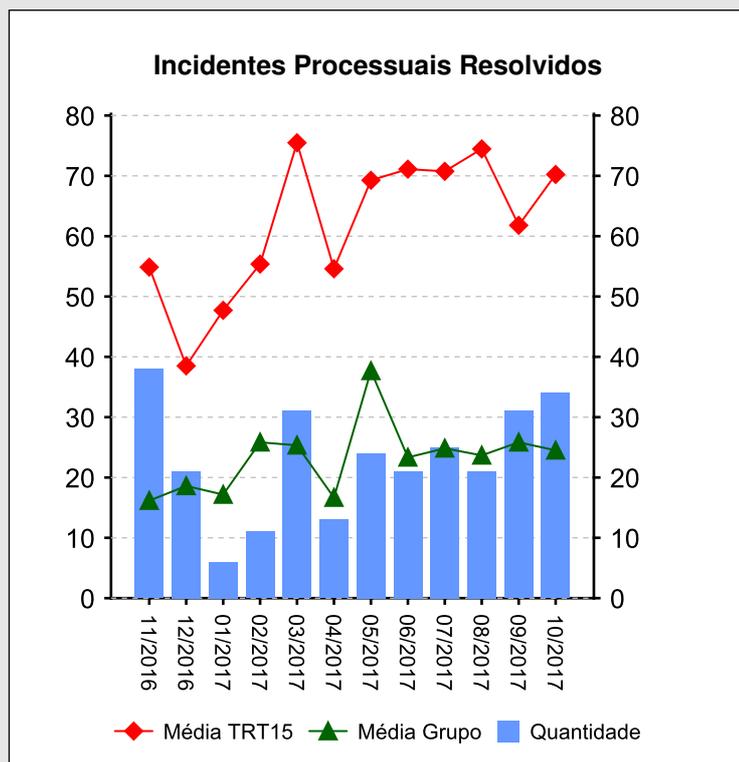
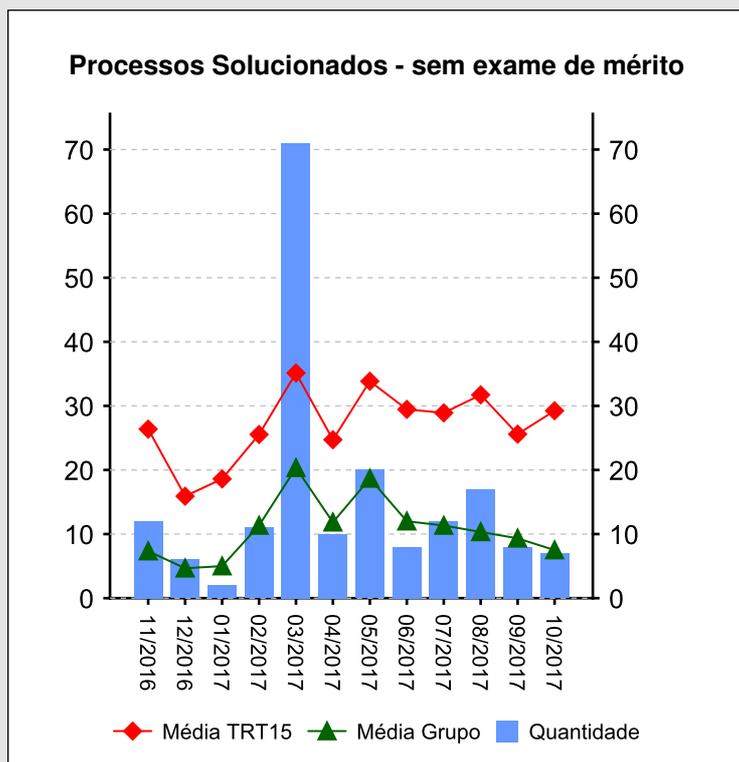
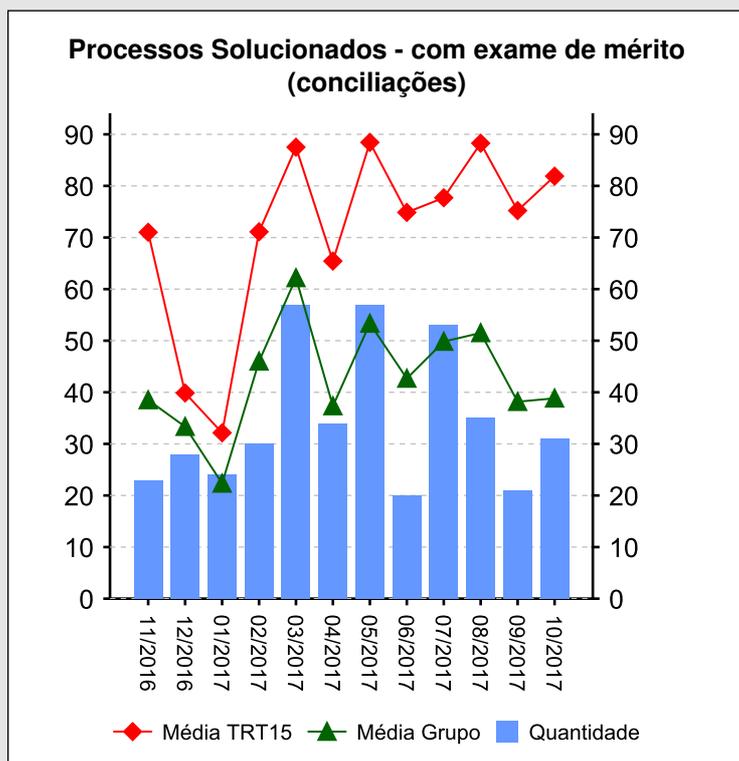
*Aferição de Resultado Individual Aproximado

PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [11/2016 a 10/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS [11/2016 a 10/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	1	0,1	0,1
Sessões de audiência realizadas - instrução	70	5,8	5,6
Sessões de audiência realizadas - una	848	70,7	67,8
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	47	3,9	3,8
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	124	10,3	9,9
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	918	76,5	73,4
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	171	14,3	13,7
Dias-Juiz	375	31,3	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	2.190	30,4	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	87.245	47,5	---



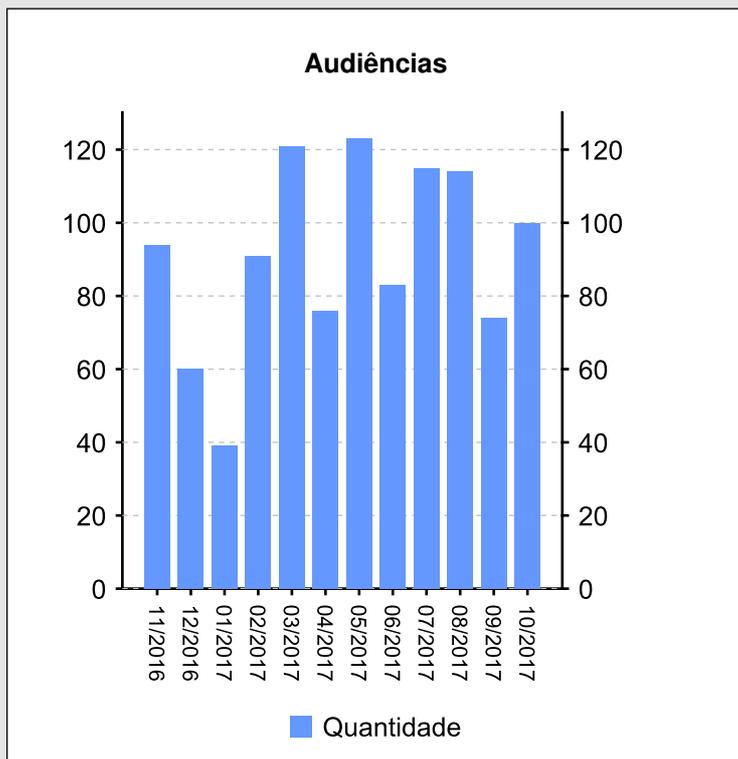
PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

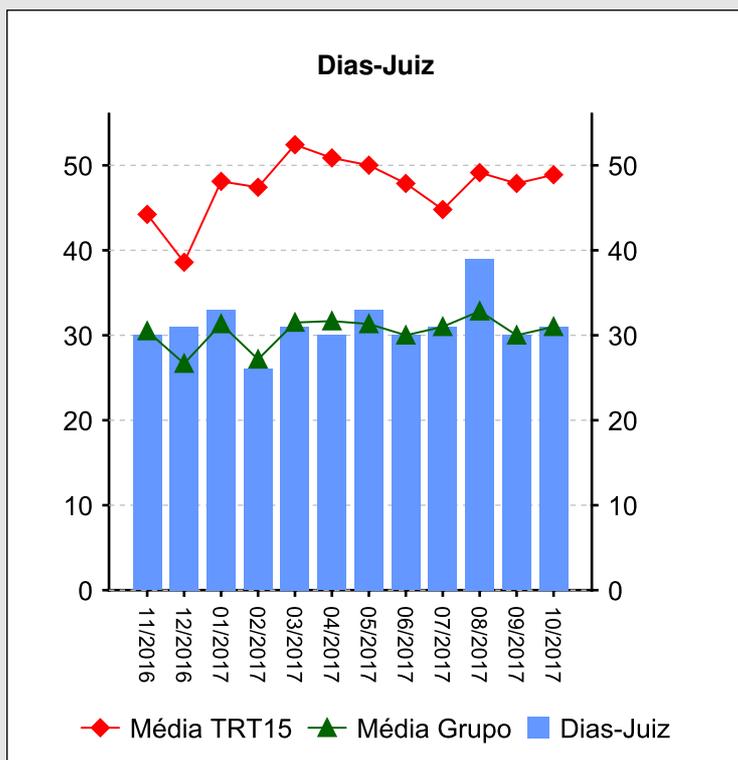
[11/2016 a 10/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
11/2016	9	12	0	11	62	94
12/2016	3	6	0	6	45	60
01/2017	2	4	0	3	30	39
02/2017	6	11	0	3	71	91
03/2017	5	17	0	3	96	121
04/2017	0	8	0	5	63	76
05/2017	8	11	0	5	99	123
06/2017	2	21	0	6	54	83
07/2017	5	4	0	13	93	115
08/2017	2	18	0	8	86	114
09/2017	5	11	1	0	57	74
10/2017	0	1	0	7	92	100
Total	47	124	1	70	848	1090



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
11/2016	30
12/2016	31
01/2017	33
02/2017	26
03/2017	31
04/2017	30
05/2017	33
06/2017	30
07/2017	31
08/2017	39
09/2017	30
10/2017	31
Média Mensal	31,3

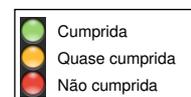
11 - METAS NACIONAIS 2017:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 1 [CNJ] - Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar 90% dos processos recebidos no ano corrente

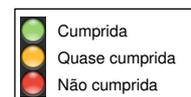
Casos Novos	Solucionados	Meta	Pendentes de Solução	Média Mensal de Casos Novos	Média Mensal de Processos Solucionados	Grau de Cumprimento
866	889	779	0	72	74	100 % 



Meta 2 [CNJ] - Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015

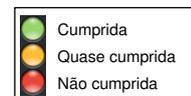
Processos distribuídos até 31/12/2015	Meta	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Processos Solucionados (Total)	Média Mensal de Processos Solucionados (Meta 2)	Taxa de soluções Meta 2 x Total*	Grau de Cumprimento
801	721	838	0	74	17	24 % 	100 % 



Meta 5 [CNJ] - Impulsionar processos à execução

Baixar 90% do total de casos novos de execução no ano corrente

Execuções Iniciadas	Execuções Baixadas	Meta	Execuções Pendentes	Média Mensal de Execuções Iniciadas	Média Mensal de Execuções Baixadas	Grau de Cumprimento
250	257	225	0	21	21	100 % 





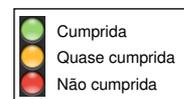
11 - METAS NACIONAIS 2017:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 6 [CNJ] - Priorizar o julgamento das ações coletivas

Identificar e julgar, até 31/12/2017, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014

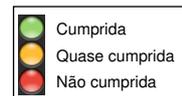
Processos pendentes da meta em 31/12/2014	Processos solucionados a partir de 01/01/2015	Pendentes de Solução (Calculado)	Pendentes de Solução na meta (e-Gestão)	Grau de Cumprimento
4	4	0	0	100 %



Meta 5 [JT] - Tempo médio de Duração do Processo - Conhecimento

Reduzir em 4% o prazo médio em relação ao ano base 2016 [TMDP1c]

Prazo Médio em 2016	Prazo Médio em 2017	Meta	Grau de Cumprimento
153	120	147	100 %





12 - ARRECAÇÃO [11/2017 a 08/2018]:

(fonte: e-Gestão)

CUSTAS	IMPOSTO DE RENDA	EMOLUMENTOS	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 57.309,31	R\$ 98.670,20	R\$ 152,56	R\$ 517.549,16



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



13 - PENDENTES DE SOLUÇÃO [até 08/2018]:

(fonte: e-Gestão)

ANO	PROCESSOS
2016	5
2017	51
2018	161



14 – ANÁLISE DO QUADRO DE PESSOAL:

Média Trienal de Processos (Conhecimento e Execução)	Lotação Paradigma (Resolução nº 219/2016 do E. CNJ)	Lotação Adicional	Lotação Final (sem OJA)	Lotação (Oficial de Justiça Avaliador)
1168	6	0	6	2

Fonte: Portaria GP nº 20/2018 – Anexo republicado na Portaria GP nº 26/2018

A Resolução nº 219/2016 do E. CNJ instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Por sua vez, a Portaria GP nº 20/2018, de 16/04/2018, aprovou a lotação quantitativa para a primeira instância do TRT da 15ª Região.

Observando a lotação da unidade (item 3.1), constata-se que o número atual de 8 servidores (mais 1 Oficiais de Justiça) está acima dos parâmetros fixados na referida Portaria.

Além disso, foi informado pela gestora que também atua o Assistentes de Juiz Titular, Carlos Antônio de Pontes.

15 – ACERVO DA UNIDADE:

15.1 – PROCESSOS SEM TRAMITAÇÃO:

(fonte: informação da Unidade em 24/9/2018)

Não há

15.2 – INFORMAÇÕES SOBRE OS ÍNDICES NACIONAIS:

Como divulgado pelo Tribunal Superior do Trabalho, o Índice Nacional de Gestão do Desempenho da Justiça do Trabalho – IGEST foi desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho a partir de experiências como o Mapeamento Global de Desempenho – MGD, bem como de estudos realizados pela Coordenadoria de Estatística e Pesquisa do TST com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das Varas do Trabalho do país.



Para tanto, apresenta um referencial numérico que sintetiza os mesoindicadores Acervo, Celeridade, Produtividade, Taxa de Congestionamento e Força de Trabalho, adotados em consonância com os objetivos judiciais de assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional, estimular a conciliação e as soluções alternativas de conflito e impulsionar as execuções trabalhistas e fiscais. Os índices podem ser acessados por todos os usuários do Sistema e-Gestão (novoegestao.tst.jus.br – na subpasta “Indicadores”), com atualizações divulgadas trimestralmente.

Observando os relatórios já disponibilizados (o primeiro com dados até 12/2017, e o último até 6/2018) é possível verificar que a Vara do Trabalho de Itararé obteve melhora no índice Acervo (de 0,24 para 0,09) e manteve praticamente estáveis os índices de Celeridade (de 0,14 para 0,16), Taxa de Congestionamento (de 0,37 para 0,39) e Força de Trabalho (de 0,47 para 0,48), não obstante tenha elevado sua criticidade no indicador Produtividade (de 0,44 para 0,57). Da análise dos dados do relatório, verificou-se que, no cenário geral, a Unidade manteve praticamente estável seu resultado final (0,33 e 0,34).

Além disso, como registrado no item anterior, foi informado que não há saldo de processos sem tramitação há mais de 30 dias.

Esse resultado já demonstra o empenho dos gestores na condução dos processos judiciais e dos processos de trabalho. Por tais motivos são consignados elogios.

15.3 – MOVIMENTAÇÃO DE MANDADOS

(fonte: informação da Unidade em 24/9/2018)

A) Diligências pendentes de distribuição aos Oficiais de Justiça (SAP1G):

Não há

B) Diligências pendentes de cumprimento/ prazo vencido (SAP1G):

Não há

C) Diligências pendentes de cumprimento/ prazo vencido (PJe):

Não há

16 – ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (Artigo 26 da Consolidação dos Provimentos da CGJT):



Com base nas informações prestadas, registra-se que o Juízo:

16.1 – pronuncia-se explicitamente acerca da admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos, não se limitando a proferir despachos nos quais haja apenas referência às locuções “Processe-se o recurso, na forma da lei” ou “Admito o recurso, na forma da lei”, a exemplo dos processos nº0000197-08.2010.5.15.0148 , 0010449-94.2015.5.15.0148 e 0010046-28.2015.5.15.0148.

16.2 – ordena, imediatamente após a liquidação da sentença em que se apure crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, a pronta liberação deste em favor do credor, de ofício ou a seu requerimento, a exemplo dos processos nº 0010727-27.2017.5.15.0148, 0010003-91.2015.5.15.0148 e 0010586-42.2016.5.15.0148;

16.3 – determina a citação do(s) sócio(s) quando da desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, assinalando-lhe(s) o prazo de 48 horas para que indique(m) bens da sociedade (artigo 795 do CPC) ou, não os havendo, garanta(m) a execução, sob pena de penhora, porém a Unidade adota o procedimento de incidente de desconsideração de personalidade jurídica, nos termos do artigo 133 a 137 do CPC;

16.4 – faz uso dos sistemas BACENJUD (e em consulta em 24/9/2018, verificou-se a existência de 505 protocolos nos últimos 12 meses, não havendo pendências e INFOJUD (a exemplo dos processos nº 0010041-40.2014.5.15.0148, 0016400-84.2006.5.15.0148 e 0010645-30.2016.5.15.0148.

16.5 – designa audiências em 4 dias da semana;

16.6 – inclui na pauta de audiências de conciliação os processos na fase de execução – foram realizadas 118 no período de 09/2017 a 08/2018;

16.7 – exaure suas iniciativas objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD, SIMBA (em implementação) e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC.

Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos Magistrados; principais prazos da Vara do Trabalho; eventuais inconsistências de lançamentos no sistema, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos, e data de conclusão ao MM. Juiz para sentença e incidentes; além do número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento e incidentais à fase de instrução), há registros nos itens 1, 2, 4, 5, 7 e 10 e eventuais especificidades encontram-se destacadas nas determinações ou orientações desta Ata.



17 – PROCESSOS SOLUCIONADOS:

Conforme item 10.1 da presente Ata, a Unidade contou com média de 28,2 dias-juiz nos últimos doze meses, inferior à média do grupo (29,8) e à média mensal apurada no último período correicionado (31,3).

Também se observa que, proporcionalmente a essa disponibilidade de magistrados, a Unidade alcançou média mensal (RARIA) de 27,2 processos solucionados por meio de conciliações, inferior à média de referido grupo (RARIA 35,4) e ao último período correicionado (RARIA 33,0).

Igualmente, excetuando-se as conciliações, a média de processos solucionados com exame de mérito, considerando-se a média proporcional a um magistrado presente ao longo de cada mês (RARIA) foi de 24,8, inferior à média do grupo, de 29,7 (RARIA), mas um pouco superior ao último período correicionado (RARIA de 23,8), resultando em média total de solucionados com exame de mérito, de 51,9 (RARIA) na Unidade, inferiores à média do grupo 65,1 (RARIA), no mesmo período e ao RARIA de 56,9 apurado no último período correicionado.

18 – AUDIÊNCIAS

Conforme informado pelo gestor da Unidade em 24/9/2018, há audiências agendadas com regularidade até:

TIPO	DESIGNADAS COM REGULARIDADE ATÉ	QUANTIDADE AGUARDANDO DESIGNAÇÃO	PRAZO ATÉ A REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA (EM DIAS)
INICIAIS/ Ord:	22/10/2018	1	29
INICIAIS/ Sum:	4/10/2018	-	11
UNAS/ Ord:	6/11/2018	4	44
UNAS/Sum:	24/10/2018	1	31
INSTRUÇÕES/Ord:	16/10/2018	-	23
INSTRUÇÕES/Sum:	1/10/2018	-	8
CONCILIAÇÃO:	5/11/2018	5	43
MEDIAÇÃO:	-	-	

Observação: Foi informado pela Unidade que a pauta não é automatizada e é utilizado o conceito de pauta “inteligente”, com análise dos feitos para eventual retirada de pauta. A Unidade inclui feitos que envolvam



órgãos públicos em pauta. Processos cuja instrução dependa de prova pericial são incluídos em pauta, havendo designação de nova data nos casos em que for necessário colher mais provas.

18.1 – COMPOSIÇÃO DAS PAUTAS **(fonte: Vara do Trabalho)**

18.1.1 – JUIZ TITULAR

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã						-
	tarde	5	1	1	1	0	8
terça	manhã						-
	tarde	5	1	1	1	0	8
quarta	manhã						-
	tarde	5	1	1	1	0	8
quinta	manhã	3	1	1	1	0	6
	tarde						-
sexta	manhã						-
	tarde						-

18.2 – MEDIDAS EFETIVAS DE INCENTIVO À MEDIAÇÃO:

A gestora informou não serem adotadas medidas de incentivo à mediação, pois a Unidade aguarda a autorização para instalação e fornecimento de mobiliário da sala de mediação, em análise pelo NUPMEC, no PROAD 13382/2018. No entanto, noticiou haver servidor capacitado pela Escola judicial para a mediação (Germano Ultramari Neto).

Frisa-se a importância desse meio de solução consensual de conflitos, que, estatisticamente, consiste em instrumento de auxílio e desafogamento do Judiciário, bem como de pacificação social, solução e prevenção de litígios, beneficiando principalmente o Jurisdicionado.

18.3 – ANÁLISE:



A Unidade realizou média (RARIA) de 62,6 audiências unas e de instrução menor que o resultado verificado no último período correicionado (item 10.2), proporcionalmente à disponibilidade média de magistrados (RARIA).

O prazo médio (item 7) do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução é de 120 dias, menor que o de seu grupo (138 dias).

Observa-se ainda que no rito sumaríssimo esse prazo é de 69 dias, em média, enquanto nos demais processos, o prazo médio é de 140 dias. Indica-se assim, haver priorização das audiências no rito sumaríssimo.

Em comparação com o verificado no último período correicionado, esse prazo médio diminuiu de 150 para 120 dias, refletindo também a redução do lapso temporal entre a designação e a realização de audiências – atualmente em 29 dias para as iniciais do rito ordinário, 11 dias para as iniciais do rito sumaríssimo, 44 dias para unas o rito ordinário, 31 dias para unas do rito sumaríssimo, 23 dias para instruções do rito ordinário, 8 dias para instruções do rito sumaríssimo e 43 dias para conciliação.

Além disso, como indicado no item 4, no período observado o saldo de processos aguardando encerramento da instrução é de 109, quantidade muito próxima à média de seu grupo, demonstrando tendência de diminuição desde o último período correicionado.

Verificou-se que a Unidade realizou 895 audiências, das quais 32 foram do tipo inicial, 68 de instrução, 637 unas, 118 de conciliações na execução, e 40 de conciliação no conhecimento.

Por esses resultados, a Exma. Desembargadora Vice-corregedora Regional registra elogios pelos esforços para conferir maior celeridade à tramitação dos feitos.

19 – CONSTATAÇÕES:

A Unidade conta com atuação de duas estagiárias da área de direito. Foram informados da possibilidade da contratação de mais três estagiários, por meio de convênio com os Municípios da jurisdição ou diretamente com Instituições de Ensino e sugeriu-se a contratação de estagiários da área de ciências contábeis ou econômicas para auxílio nas fases de liquidação e execução.

Informaram que foi tentada a contratação com o Município e com as Instituições de Ensino, inclusive por solicitação do Vice-Corregedor à época em visita ao Prefeito, mas sem sucesso.



A Unidade trabalha, desde a última Correição, com 2% de seu acervo de processos físicos, ou seja, atua, praticamente, em uma única plataforma (PJe).

A Unidade não possui processos pendentes de solução na Meta 2 do CNJ, encontrando-se pendentes de solução, até 31/8/2018, apenas 5 processos de 2016, que entrarão na meta até dezembro/2018, Além disso, possui apenas 51 processos sem solução do ano de 2017 e 162 de 2018.

Constatou-se, ainda, que há processos que aguardam devolução de carta precatória inquiritória, em que a audiência é marcada na Vara deprecada meses após a distribuição, prejudicando o prazo médio do conhecimento na Unidade.

No que diz respeito às cartas precatórias inquiritórias, foram orientados para a solução no prazo de 30 (trinta) dias. Nos casos de processo que dependem da devolução de cartas precatórias inquiritórias foram orientados a manter contato com o Diretor da Vara Deprecada, solicitando prioridade, principalmente quando se tratar de processos da Meta 2 do CNJ e se não resolvida que seja informada a Corregedoria para as providências, mesmo se tratando do Juízo deprecado de Unidade de outro Tribunal.

Salientou, a Exma. Desembargadora Vice-Corregedora, os benefícios de ser adotada a prática da mediação/Ini, acima descrita, principalmente nos processos de rito sumaríssimo e para os processos que dependem da realização de perícia, incluindo esses processos em pauta antes e depois da entrega do laudo pericial.

Esclareceram que o prazo médio da liquidação na Unidade, embora bem inferior ao prazo médio no Tribunal, teve aumento em relação ao verificado na Correição anterior, por motivo da alteração na CLT (§2º do art. 879), considerando a necessidade de concessão de prazo para impugnações das partes aos cálculos apresentados.

Observou-se a existência de inconsistências no lançamento do encerramento da execução e nos resultados dos incidentes processuais. Não foram verificadas inconsistências nos lançamentos de valores de acordo, execução e pagamento espontâneo, bem como nos recolhimentos de custas, emolumentos, contribuições previdenciárias e imposto de renda.

Constatou-se o ajuizamento de 7 ações do tipo Homologação de Transação Extrajudicial, desde a reforma da CLT, que são colocadas em pauta de audiências para ratificação pessoal pelo reclamante, análise e eventual homologação de acordo, se cumpridos os requisitos legais.

Não foram propostas na Unidade, também após a reforma da CLT, ações do tipo Produção Antecipada de Provas, sendo certo se tratar esse tipo de ação de uma tendência nas Unidades da 15ª Região, para apresentação de documentos. Foi sugerido pela Exma.



Desembargadora Vice-Corregedora a adoção da prática das Unidades do TRT da 4ª Região, com a colocação dessas ações em pauta de mediação, oportunidade que, normalmente, são apresentados os documentos, podendo ser solucionadas aquelas ações na própria audiência.

A Exma. Desembargadora Vice-Corregedora elogiou o Exmo. Juiz Titular, a Gestora e toda a equipe pelos ótimos resultados da Unidade.

Após a apresentação dos principais índices da Unidade, comparativamente aos índices apresentados na Correição anterior (2017), foi realizada reunião com o trio gerencial.

19.1 – Reunião com o Trio Gerencial

A Diretora de Secretaria informou que faz, semanalmente, a verificação de expedientes sem prazo, corrigindo inconsistências.

Observou-se que os 21 processos na tarefa “Aguardando final do sobrestamento”, tratam-se dos processos que aguardam vencimento de acordo com pedido de responsabilidade subsidiária de outras reclamadas.

Nos processos que dependem da produção de prova pericial, a perícia é marcada em audiência, com data e local da perícia e prazos prefixados. As partes e o perito se comunicam por e-mail, vindo o laudo no processo já com impugnações e esclarecimentos. O Juízo utiliza o princípio da cooperação para depósito dos honorários prévios do perito que serão feitos diretamente na conta do auxiliar.

Esclareceram que não marcam instrução no momento da designação da perícia, para evitar de redesignação no caso de atrasos, uma vez que a pauta de instrução é muito próxima.

Para início da liquidação, é determinada a intimação das partes para apresentar seus cálculos, no prazo de 8 dias. Apresentados, intima-se a parte contrária para manifestação, no prazo de 8 dias. Na hipótese de ambas as partes em apresentarem cálculos, inércia ou de grande discrepância entre os respectivos valores e/ou manifestações ou, ainda, da apresentação dos cálculos em desconformidade com o Provimento GP-VPJ-CR nº 01/2017, é designada perícia contábil, cujos honorários serão suportados por ambas as partes.

Esclareceram que, nos processos em que é designada perícia contábil, não é fixado o prazo de 30 dias, uma vez que, solicitado os cálculos ao perito, conforme a demanda, o laudo é apresentado, muitas vezes, antes de tal prazo.



No que diz respeito à alienação por iniciativa particular prevista no art. 880 do CPC, regulamentada neste Tribunal pelo Provimento GP-CR 04/2014, com as alterações do Provimento GP-CR 01/2017, informaram que, diante do grande número de hastas públicas frustradas no CEJUSC de Sorocaba e da sugestão do Exmo. Corregedor, são realizadas duas hastas locais, com resultados melhores do que a venda direta por iniciativa particular tentada anteriormente.

Verificou-se que a Unidade não tem procedido ao lançamento do encerramento da execução no PJe. Salientou-se que o arquivamento do processo não encerra imediatamente o encerramento, que deverá ser lançado por movimento próprio de encerramento da execução por decisão.

Informaram que o servidor Alexandre Tuchinski, que constou no quadro de locação do item 3.1 desta ata como executante é, na verdade, Oficial de Justiça.

Na Unidade não são encaminhadas notificações por e-mail. Relataram que não há grandes reclamadas na circunscrição e não houve concordância dos Municípios. Salientou-se os efeitos positivos que podem delas decorrer. Orientou-se para que se insista no contato a Diretora de Secretaria ou até mesmo o Juiz junto aos departamentos jurídicos e aos advogados das empresas com esse perfil para consentimento do recebimento das notificações por e-mail.

Informaram que atuam em teletrabalho os servidores Bruna Oliveira Sousa Kitanishi, Brenda Sílvia Loureiro de Oliveira, Osmar Ferreira Santiago (1 dia por semana) e o Assistente Carlos Antônio de Pontes (Assistente do Juiz Titular). Salientou-se a necessidade de formalização, na forma do Ato Regulamentar GP-CR 10/2018.

20 – RECOMENDAÇÕES:

20.1 – utilizar a modelagem de gestão de processos, divulgando os arquivos disponibilizados pela Corregedoria (Extranet – Jurídico – Orientações do Corregedor);

20.2 – considerando a divisão dos servidores em equipes prevista no inciso IX do art. 2º da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012 (alterada pela Portaria GP-VPJ-CR nº 01/2018) para melhor gestão da Unidade, recomenda-se que cada servidor pertença exclusivamente a uma única equipe, cujo objetivo é especializar pequenos grupos de servidores em práticas otimizadas de procedimentos, desde que haja condições mínimas de lotação;"

20.3 – utilizar relatório Sicond (extranet – menu “jurídico”, para o gerenciamento



dos processos eletrônicos;

20.4 – viabilizar a melhor forma de citação eletrônica, conforme previsto no inciso V do art.246 da Lei 13.105/2015 (Novo CPC), mediante contato com grandes empresas demandadas, e Municípios que consentirem com a utilização da medida;

20.5 – verificar, o Juiz, a viabilidade de atendimento ao item VIII, Ordem de Serviço nº 01/2015, que diz: “VIII – Com objetivo de melhorar o desempenho das vendas nas hastas públicas, no caso de penhora de bens indivisíveis de mais de um proprietário, deve ser dada preferência, a critério do juízo, à penhora e alienação integral do bem, reservando-se ao coproprietário o pagamento de sua parcela”;

20.6 – atribuir aos assistentes de juiz a responsabilidade pela confecção das minutas das sentenças, dos embargos e das tutelas antecipadas, devendo a ordem judicial nelas contidas ser cumprida sem fracionamento de tarefas, de forma que o servidor que minutar o despacho ou a decisão dê imediato cumprimento à respectiva determinação, confeccionando eventuais expedientes subsequentes, inclusive os atos de comunicação que se fizerem necessário, com fundamento na Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012.

21 – DETERMINAÇÕES:

21.1 – encaminhar cópias de sentenças que reconheçam a conduta culposa do empregador em acidente de trabalho para pfing.regressivas@agu.gov.br e regressivas@tst.jus.br, nos termos do Ofício Circular TST.GP nº 615/2012, de 18.5.2012, e da Recomendação Conjunta GP-CGJT 2/2011, assim como cópia de decisão nos casos de reconhecimento de agente insalubre após prova pericial (sentencas.dsst@mte.gov.br e insalubridade@tst.jus.br), de acordo com Ofício Circular TST.GP nº 670/2013 e Recomendação Conjunta 3GP.CGJT de 2013;

21.2 – priorizar a redução dos prazos médios nos processos em tramitação na Unidade, se existentes condições mínimas de lotação;

21.3 – utilizar o modelo padronizado de mandado de penhora e de certidão negativa, nos termos do § 2º, do artigo 5º, do Provimento GP-CR nº 10/2018 e Ordem de Serviço nº 03/2015, observando o disponibilizado na Extranet, no menu, “jurídico – orientações da corregedoria – “Mandado Provimento GP-CR 10/2018, Mandado de Penhora Bens Específicos OS CR 05/2016 e Certidão Negativa”;

21.4 – intensificar a realização de audiências nos processos da fase de execução,



independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição;

21.5 – utilizar regularmente a ferramenta CNIB, além das ferramentas já adotadas, pelo exaurimento das iniciativas do juízo com objetivo de tornar exitosa a execução dos feitos.

21.6 – observar o disposto no item 3 da Ordem de Serviço CR nº 07/2016, no qual se esclarece o procedimento para anexar à certidão negativa o documento “rascunho/anotações”, como forma de prestar informações úteis ao Juízo, sem a juntada no processo;

21.7 - observar os requisitos e condições para exercício do teletrabalho, dispostos na Resolução CSJT nº 151/2015, com as alterações da Resolução CSJT nº 207/2017 de 29/9/2017, Resolução nº CNJ 227/16 de 15/6/16 e Ato Regulamentar GP-CR 10/2018 de 30/7/2018.

22 – PROCESSOS ANALISADOS:

Foram analisados, por amostragem, processos da Unidade, entre os dias 3/10/2018 e 4/10/2018, dentre os quais ensejam determinações os abaixo relacionados:

ORDEM	PROCESSO	SITUAÇÃO	DETERMINAÇÃO
1	0010782-12.2016.5.15.0148	Processo eletrônico na tarefa "Cumprimento de providências" pendente desde 6/12/2017 aguardando cumprimento de carta precatória inquiritoria, cuja audiência está designada para 22/10/2018. Há utros processos pendentes na raiz da tarefa. Tal situação ocorre em todas as fases.	Providenciar o envio dos processos para subcaixas correspondentes aos prazos para melhor gestão.
2	0010085-88.2016.5.15.0148	Processo eletrônico na raiz da tarefa "Cumprimento de providências". Verifica-se que após a homologação da liquidação já foram feitas todas as liberações. O processo encontra-se pendente de baixa.	Prosseguir com a análise para baixa do feito e arquivamento definitivo, se não restarem pendências.
3	0010372-51.2016.5.15.0148	Processo eletrônico na tarefa "Aguardando bloqueio bacen" pendente desde 18/9/2018. Há outros processos em situação semelhante na mesma tarefa e também na tarefa Bacenjud da	Intensificar a gestão dos feitos na tarefa, priorizando-se os atos processuais referentes aos feitos que aguardam pagamento ou garantia da execução, para início célere da execução, bloqueio de



		fase de execução.	valores, etc.
4	0010284-76.2017.5.15.0148	Processo eletrônico na raiz da tarefa "Aguardando final do sobrestamento" pendente desde 1/8/2018. Em 13/7/2018 a autora foi intimada para, no prazo de 10 dias, indicar bens livres e desembaraçados de propriedade dos executados para prosseguimento da execução e no caso de silêncio, determinava-se a remessa dos autos ao SEF por um ano. Há manifestação pedindo dilação de prazo.	Analisar e tramitar o feito, assim como os demais que se encontram em situação semelhante. Além disso, providenciar o envio dos processos para subcaixas correspondentes aos prazos para melhor gestão.
5	0000850-05.2013.5.15.0148	Processo eletrônico na tarefa "Aguardando pgto RVP Precatório" pendente desde 31/5/2017.	Prosseguir com a análise para baixa do feito e arquivamento definitivo, se não restarem pendências.
6	0000123-12.2014.5.15.0148	Processo eletrônico na tarefa "CCS" pendente desde 3/9/2018.	Analisar e tramitar o feito. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012.
7	0000662-12.2013.5.15.0148	Processo físico na variável 342 do e-Gestão (Processos pendentes de finalização - fase de conhecimento). Verifica-se que, houve trânsito em julgado em 16/11/2015, registrado em 11/1/2016. Em 4/2/2016 foi Migrado ao Processamento Eletrônico e Remetido ao Arquivo em 27/9/2016. Em consulta ao PJe o processo em questão não foi encontrado. Em 25/1/2017 foi registrada a ocorrência "Remetidos os autos para o E.TRT da 15ª Região para processar recurso". Há outros processos em situação semelhante.	Analisar os movimentos e ocorrências e sanear eventuais inconsistências.

23 – VISITAS E ATENDIMENTOS:

Não houve comparecimento de partes, advogados ou terceiros para atendimento pela Exma. Desembargadora Vice-Corregedora.

24 – OBSERVAÇÕES GERAIS:

24.1 – O MM. Juiz Titular JOSÉ GUIDO TEIXEIRA JÚNIOR reside na jurisdição.



24.2 – A Exma. Desembargadora Vice-Corregedora Regional conversou reservadamente com o Exmo. Juiz Titular sobre os resultados da Unidade e incentivo à mediação.

24.3 – Foi informado pela Sra. Diretora de Secretaria que o edital de correição foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foram expedidos ofícios às OAB da jurisdição.

24.4 – Sem prejuízo de prazos específicos fixados nesta Ata, determina-se a manifestação da Diretora, com a ciência do Exmo. Juiz Titular ou seu substituto, se o caso, pontualmente, sobre todas as determinações e recomendações, demonstrando a análise do inteiro teor da Ata e as medidas concretas eventualmente adotadas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação. Esclarece-se ainda que a manifestação deve ocorrer no PROAD, mediante funcionalidade “Fazer Pedido Complementar” no PP nº 4696/2017.

25 – OFÍCIOS

Expeça-se Ofício à Presidência deste Tribunal para as providências que entender cabíveis para a agilização do fornecimento do mobiliário e demais equipamentos para instalação de sala de mediações, conforme solicitado no PROAD 13382/2018.

26 – ENCERRAMENTO:

No dia 9 de outubro de 2018, às 18 horas, encerraram-se os trabalhos, e eu, Norton Luiz Bechtluft, Coordenador de Apoio à Vice-Corregedora Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pela Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora Regional, publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal na internet.